



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2025 a 31/03/2025

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/14

24.2025	Sessão Ordinária - CD	18/03/2025-16:36
Publ.: DCD - 3/19/2025 - Chico Alencar-PSOL -RJ		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu que a democracia política e eleitoral deve estar acompanhada de justiça social e econômica. Destacou a importância da medida anunciada pelo Governo, que propõe isenção de Imposto de Renda para cerca de 10 milhões de pessoas que ganham até R\$ 5 mil, além da taxa de rendimentos acima de R\$ 50 mil mensais. Argumentou que a reforma tributária deve avançar sobre renda e patrimônio para reduzir desigualdades. Cobrou apoio parlamentar à proposta e criticou privilégios de elites econômicas.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Lula da Fonte.

Não há democracia política e eleitoral sem democracia social e econômica. Não há reforma tributária para valer, se ela se restringe ao consumo; é preciso que a reforma avance para alcançar também a renda e o patrimônio.

Hoje, o Governo anuncia uma medida de extrema importância, que eu classificaria como histórica: o começo da redução das desigualdades tributárias, com a proposta de isenção de Imposto de Renda para cerca de 10 milhões de brasileiras e brasileiros que ganham até 5 mil reais, com um reescalamento das faixas de cobrança do Imposto de Renda, para tributar quem ganha mais e, já que tem que haver a compensação, taxando rendimentos até hoje não tributados, os rendimentos de quem ganha acima de 50 mil reais por mês. Essa é uma medida de justiça elementar que tem que ganhar desta Casa e do Senado apoio unânime.

Se queremos começar a reduzir essa chaga da profunda desigualdade social brasileira, que se perpetua e se reproduz, nós temos que, depois de um bom debate — isso é natural no Parlamento — aprovar essa medida. Chega de mandato de representação para defender a casta privilegiadíssima!

Somam 141 mil os brasileiros e brasileiras que seriam — entre aspas — "afetados" por essa medida que visa tributar rendimentos ainda não tributados,



para que as pessoas comecem a pagar sobre o que ganham e jamais pagaram. Essa é uma medida de justiça elementar, uma vez que vai fazer justiça — e não beneficiar — a pelo menos 10 milhões de brasileiros.

Trata-se de uma medida do Governo. Nós do PSOL somos da base do Governo, mas V.Exas. são testemunhas de que temos independência crítica. Se consideramos que o Governo não está indo no caminho, inclusive, do programa vitorioso nas urnas, em 2022, temos autonomia para divergir, para criticar, não com baixo nível, não com qualquer eiva de golpismo, não afetando o necessário e ainda frágil Estado Democrático de Direito, mas buscando aquilo que é fundamental numa República: o bem comum e o interesse público.

Portanto, a medida anunciada hoje pelo Executivo, na presença, inclusive, do Presidente Hugo Motta, é de justiça tributária elementar. Nós que somos tão ágeis e preocupados em fazer isenções para grandes empresas, o que onera, sim, os cofres públicos, inibe políticas sociais, temos que ter celeridade, isenção, espírito público para aprovar a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais.

Justiça, já!

Documento 2/14

24.2025	Sessão Ordinária - CD	18/03/2025-15:16
Publ.: DCD - 3/19/2025 -	Bohn Gass-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou o anúncio pelo Presidente Lula e pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, ressaltando que o projeto beneficiará 20 milhões de pessoas e corresponde ao início de uma reforma tributária justa. Ademais, ressaltou que, ao contrário do ex-Presidente Bolsonaro, o Presidente Lula prometeu e está cumprindo sua promessa de campanha. Por fim, defendeu a aprovação urgente do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Brasil mais justo, com isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais.

Estive com o Presidente Lula e o Ministro Haddad no anúncio deste projeto



importantíssimo para o País. O Bolsonaro também tinha prometido, mas não cumpriu. O Lula prometeu e cumpriu. É preciso, agora, que esta Casa vote este projeto, que beneficiará 20 milhões de pessoas com a isenção do imposto para quem ganha até 5 mil reais. Para isso, quem tem muito vai ter que pagar! Mas são só 141 mil pessoas. É justo!

Eu vou dar um exemplo: a tributação, hoje, para um motorista que ganha um salário de 3.650 reais é de 81 reais e 44 centavos. Será zero! Esse trabalhador vai ganhar, por ano, 1.058 reais e 71 centavos! Uma enfermeira que tem um salário de 6 reais mil paga hoje 670 reais e vai passar a pagar 630 reais. Vai ter uma economia de 1.822 reais por ano.

Presidente, esta Casa precisa aprovar este projeto e vai fazer isso! A sociedade precisa debatê-lo, porque serão 20 milhões de pessoas beneficiadas! Isso é renda na economia! Isso é qualidade de vida para as pessoas! É o início de uma reforma tributária justa, porque a reforma tributária sobre consumo nós já fizemos, mas era para simplificar a tributação, e esta aqui é para fazer justiça para os que menos têm.

Parabéns, Lula! Vamos aprovar este projeto aqui!

Gostaria que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 3/14

26.2025	Sessão Ordinária - CD	19/03/2025-18:24
Publ.: DCD - 3/20/2025 -	José Guimarães-PT -CE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a presença do Presidente Lula em Fortaleza (CE) para a inauguração do Hospital Universitário do Ceará, um grande avanço para a saúde pública, com 832 leitos exclusivos para o SUS, fruto de uma parceria entre o Governo Federal e o Estadual. Além disso, ressaltou a proposta do Governo Federal de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, que beneficiará cerca de 10 milhões de brasileiros, começando uma reforma tributária para promover justiça social. Reforçou que a medida não aumentará a despesa pública e foi uma promessa de campanha cumprida pelo Presidente Lula.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trato neste momento, como



Líder do Governo, de dois temas que considero relevantes.

O primeiro deles é a visita que neste momento o Presidente Lula realiza à nossa querida cidade de Fortaleza, onde, ao lado do Governador Elmano de Freitas, inaugura o Hospital Universitário do Ceará, que terá 832 leitos, vou repetir, 832 leitos, exclusivamente para o Sistema Único de Saúde — SUS, e será um dos maiores hospitais públicos do País.

Trata-se de uma parceria que envolve o Governo do Estado do Ceará, o Governador Elmano de Freitas, o Governo do Presidente Lula e a nossa bancada federal, que destinou muitos milhões, quase 500 milhões de reais para a construção desse que vai ser o maior equipamento público do Nordeste brasileiro, que é o Hospital Universitário do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará — Uece.

Neste momento, o Presidente Lula está lá. Eu lamento por não poder estar presente, como disse hoje para vários Parlamentares, devido às minhas responsabilidades não só com a bancada do PT, mas também com as demais bancadas da base do Governo, uma vez que precisávamos concluir a eleição e a composição das Comissões desta Câmara dos Deputados.

Portanto, eu quero dizer da nossa alegria, dos cearenses, de partilhar deste momento.

É bom falar que, dos 22 Deputados Federais do Ceará, Deputado Leônidas Cristino, muitos nem contribuíram. Dos que estão presentes aqui, nós, eu e V.Exa., estamos naquela lista dos que contribuíram com 100% de suas emendas para a construção do maior equipamento público de saúde no Nordeste brasileiro, esse hospital que está sendo neste momento inaugurado pelo Presidente Lula, pelo Ministro Camilo Santana e pelo Governador do Estado do Ceará.

É assim que se cuida do Ceará. É assim que nós fazemos com as emendas de bancada do Ceará. É assim que nós fazemos, a despeito de dizerem da falta de transparência das emendas. As emendas de bancada do Ceará servem a este fim: no caso, são 3 anos consecutivos em que nós destinamos recursos para a construção deste que é o maior hospital público do Nordeste, quicá do Brasil, o Hospital Universitário do Ceará, da Uece, em Fortaleza.

E o outro tema, Sr. Presidente, que eu quero registrar aqui, com muita alegria, é o projeto de lei que foi encaminhado ontem a esta Casa pelo Presidente Lula que isenta do pagamento de Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais. É importante destacar que essa construção da isenção até 5 mil reais começou já em 2023.

Nós tivemos, Deputada Ana Paula Lima, Deputado Alfredinho, de São Paulo, de 2015 — prestem atenção! — a 2022, zero aumento na isenção! Durante esses anos todos, 7 anos, só era isento quem ganhava 1.903 reais, valor este que ficou congelado. Nós começamos esse processo em 2023, quando a



isenção subiu para 2.640 reais. Em 2024, a isenção passou para dois salários mínimos. E eu fui o autor da medida provisória que foi convertida em projeto de lei que tramitou e que foi aprovado com a isenção para quem ganha até dois salários mínimos.

E, cumprindo o compromisso de campanha do Presidente, ontem ele anunciou, ao lado dos Presidentes da Câmara e do Senado, a isenção para quem ganha até 5 mil reais. É o início da reforma da renda! Nós aqui votamos a reforma tributária do consumo e agora damos início ao primeiro item, que é a reforma da renda, com o objetivo de fazer justiça tributária e justiça social. O impacto dessa medida é gigantesca para o Brasil, porque vai beneficiar em torno de 10 milhões de brasileiros e brasileiras.

E as pessoas nos perguntam: *"E vai aumentar a despesa? Vai acontecer o quê? De onde vem a compensação para bancar essa isenção de quem ganha até 5 mil reais?"* Aliás, não só 5 mil reais, porque a tabela diz o seguinte: para quem ganha até 5 mil reais, a isenção é de 100%; para quem ganha 5.500 reais, é de 75%; para quem ganha 6 mil reais, de 50%; 6.500 reais, de 25%. Só a partir de 7 mil reais é que prevalecem as atuais alíquotas de cobrança do Imposto de Renda. É uma medida essencial para o Brasil.

E como eu dizia: *"De onde virão os recursos?"* Quando o Presidente Lula e o Ministro Haddad falam que é uma reforma neutra, é porque ela não está taxando nem criando um novo imposto. O que se está fazendo? Está-se apenas fazendo que quem ganha, individualmente — não é o CNPJ, é o CPF —, mais de 50 mil reais, tenha uma cobrança de 10%. É essa pequena contribuição que o andar de cima, neste momento, é chamado a dar, para fazer justiça social. Será a primeira vez que o Brasil terá uma isenção adequada ao modelo de desenvolvimento que nós estamos construindo no País.

É bom dizer que eu espero que essa medida seja aprovada por unanimidade. Eu não quero crer que alguém aqui vá votar contra o trabalhador, a dona de casa, a enfermeira, o servidor público, o trabalhador autônomo que ganhe até 5 mil reais. Esse é um projeto que galvaniza, que une, que articula todo o Brasil. Por isso, nós vamos trabalhar muito para que ele tenha uma aprovação célere nesta Casa.

As pessoas me perguntam: *"Como vai ser a tramitação dele? Ele vai ter urgência constitucional? Vai haver uma Comissão Especial? Vai ser apreciado nas Comissões Permanentes da Casa, que foram instaladas hoje?"* Tudo isso nós vamos discutir com o Presidente da Casa, Deputado Hugo Motta, que é quem vai, junto conosco e com os Líderes partidários, decidir o rito para que essa matéria seja debatida amplamente no Brasil inteiro — não só com as Lideranças partidárias, mas também com o Brasil inteiro —, e possamos aprovar uma matéria central e fundamental para o País e para o povo brasileiro.

Isso é, sobretudo, Sr. Presidente, a efetivação de um compromisso de campanha. Ninguém pode dizer que nós estamos fazendo demagogia ou



querendo, com isso, melhorar a popularidade do Presidente Lula. Nós estamos fazendo o quê? Cumprindo o programa que foi vitorioso nas urnas, para que possamos deixar o povo brasileiro ciente daqueles compromissos que foram estabelecidos durante a campanha. É isso que nós estamos fazendo.

E V.Exa. que está reagindo ao meu pronunciamento, tenha o mínimo de educação, porque esta é uma Casa plural, uma Casa de debate. Portanto, nunca V.Exa. vai me ver...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Icaro de Valmir. Bloco/PL - SE) - Senhor Líder, peço a V.Exa. que termine o discurso, por gentileza.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Vou continuar, porque este é um espaço plural, é um espaço de debate, e não um espaço de xingamento. Vamos xingar nas ruas. O respeito aqui tem que ser solicitado em alto e bom som. Nós somos construtores da democracia, e esse espaço é plural, é democrático, como foi hoje na sessão que fizemos em comemoração aos 40 anos da redemocratização do Brasil.

Portanto, viva a democracia! Viva o povo brasileiro! Viva esse projeto do Presidente Lula!

Muito obrigado.

Documento 4/14

27.2025

Sessão Ordinária - CD

20/03/2025-09:40

Publ.: DCD - 3/21/2025 - Rogério Correia-PT -MG

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado agradeceu pela indicação para presidir a Comissão de Finanças e Tributação, destacando a proposta do Presidente Lula de isentar até 5 mil reais da faixa de Imposto de Renda. Enfatizou a importância dessa reforma tributária, que beneficiará trabalhadores com rendimentos até essa faixa e proporcionará justiça social, alcançando até 20 milhões de pessoas. Criticou aqueles que se opõem à proposta e defendem cortes em áreas essenciais, como saúde e educação. Além disso, mencionou sua preocupação com a fuga do Deputado Eduardo Bolsonaro e pediu medidas preventivas para evitar que Jair Bolsonaro também saia do Brasil.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) -



Obrigado, Presidente.

Hoje eu venho para agradecer aos nossos Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, do Partido dos Trabalhadores, pela minha indicação para presidir a Comissão de Finanças e Tributação, com certeza, uma das principais Comissões desta Casa. Quero agradecer ao conjunto dos Deputados e Deputadas de todos os partidos que ontem, por unanimidade, referendaram o meu nome para essa Comissão.

Na próxima oportunidade, pretendo também anunciar algumas questões relativas à pauta da Comissão, mas hoje queria ressaltar uma delas, que certamente será ponto de debate, não só na Comissão de Finanças e Tributação, mas também em toda a Casa, que é a proposta apresentada pelo Presidente Lula quanto ao projeto de lei que vai isentar até 5 mil reais da faixa de Imposto de Renda, ou seja, quem no Brasil ganhar até 5 mil reais vai pagar zero de Imposto de Renda.

Eu costumo dar um exemplo bastante simples, mas importante. O piso salarial, Presidente, de uma professora ou de um professor da educação básica hoje é de 4.900 reais, de forma arredondada. Isso significa que uma professora que hoje paga Imposto de Renda na faixa de 209 reais ou 210 reais por mês, que chega ao fim do ano com quase 4 mil reais de pagamento de Imposto de Renda, pagará zero. É quase um 14º salário, no caso de uma professora ou um professor que está dentro, repito, do piso nacional da educação, do piso nacional do magistério. E isso vai se repetir com diversas categorias.

Por isso, destaco a importância que nós vemos no que o Presidente Lula faz ao enviar essa proposta de até 5 mil reais, mas isso vale, repito, para todos os trabalhadores e trabalhadores que estão nessa faixa de renda e mesmo também para aqueles que têm o seu empreendimento e ficam nessa faixa.

É preciso ressaltar que isso vai abranger também aqueles que ganham até 7.500 reais, porque há uma escadinha que vai beneficiá-los.

É claro que para você apresentar uma proposta dessa, que é uma reforma na tabela do Imposto de Renda... Aliás, esse foi um compromisso do Presidente Lula na campanha que ele está cumprindo. O Governo passado, do ex-Presidente Jair Bolsonaro, fez a mesma promessa, e não cumpriu. É importante ressaltar que esse debate já é antigo no Brasil e que se vai fazer, portanto, justiça tributária.

Eu queria dar um dado de como essa justiça tributária é importante. Apenas um contingente de 141 mil pessoas que recebem acima de 10 mil reais por mês —, mesmo assim, taxados apenas aqueles que pagarão Imposto de Renda a partir do que ganham como dividendo, não como salário, como empresas, etc. —, que hoje não pagam Imposto de Renda sobre estes recursos, pagarão 10%. E essas 141 mil pessoas, Deputados e Deputadas, conseguirão, pagando isso, fazer com que 20 milhões de pessoas no Brasil não paguem Imposto de Renda.



É muita justiça social. É muito justo.

Pesquisas que foram feitas recentemente demonstram que mais de 70% da população brasileira apoia fazer a cobrança dos mais ricos no Imposto de Renda. Há Deputados na contramão, dizendo que é preciso que o Governo corte do gasto. Quando eles falam: "corte do gasto", é cortar da saúde, da educação, da infraestrutura para viabilizar isso, e fazem isso para proteger os mais ricos.

Eu chamo a atenção do povo brasileiro para que fique de olho nisso. Os Deputados, Deputadas e Parlamentares que ficarem contra esse projeto estarão defendendo 141 mil pessoas para prejudicar 20 milhões de brasileiros e brasileiras; mas depois vão pedir voto para os 20 milhões que eles estão prejudicando.

Nós faremos esse debate com muita força, Presidente.

Por isso, eu peço a atenção de toda a Câmara, para que a gente mire nesse projeto do Presidente Lula e o coloque, de fato, como a grande prioridade nesse semestre, para que ano que vem essa justiça social seja feita.

No mais, Presidente, queria dizer também que fiquei estarecido de ver a fuga do Deputado Eduardo Bolsonaro. Fugiu do Brasil. E ele fugiu com medo de que seu passaporte fosse apreendido. Foi uma solicitação que eu fiz, porque ele está lá fora conspirando contra o Brasil. Prova de que eu estava certo é que ele prefere ficar lá fora conspirando contra o Brasil a voltar para cá.

Só que ele ficou preso na sua própria *fake news*, porque disse mentira, que estava fugindo porque estava sendo perseguido, etc., e agora está preso na *fake news* que ele arrumou porque ele não está com o passaporte para ser retido.

Ou seja, o Deputado fugiu. E o meu receio é que o pai fuja. Por isso, eu estou pedindo também medidas preventivas para evitar a fuga de Jair Bolsonaro do Brasil.

Eu termino, Presidente, apenas dizendo que as medidas para isso, é claro, a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal e a PGR têm que ver quais são cabíveis, mas eu aponte algumas: o uso de tornozeleira para que ele não possa fugir nas divisas do Brasil; coloquei também a questão de ele não poder sair de Brasília sem autorização judicial e ficar distante das embaixadas.

Acho importante que ele cumpra a pena pelo crime cometeu aqui no Brasil.



Sumário

O Deputado discursou na sessão solene para lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2025 - 30ª edição. Destacou a importância do diálogo entre o Parlamento e o setor industrial e ressaltou seu compromisso com o desenvolvimento do setor, tanto no Congresso quanto em sua atuação como Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Citou a reforma tributária como um avanço essencial para reduzir o Custo Brasil e ampliar a competitividade. Também defendeu segurança jurídica, inovação e sustentabilidade como fatores estratégicos para a indústria nacional, especialmente diante da COP 30. Concluiu reafirmando seu compromisso com o fortalecimento do setor produtivo e a modernização do arcabouço legal.

O SR. MARCOS PEREIRA (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos.

Eu queria agradecer ao Presidente desta sessão e 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, o Deputado Federal Carlos Veras, e também ao Senador Efraim Filho, ao Senador Izalci Lucas, ao Senador Sérgio Petecão e ao Presidente da CNI, o Sr. Ricardo Alban. Cumprimento a todos e, também, os demais Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Para mim é uma grande honra figurar entre os requerentes desta solenidade.

Agradeço imensamente a atenção que o Senador Davi Alcolumbre depositou nos pedidos que motivaram a sessão e saúdo os Parlamentares, as autoridades e todo o setor industrial que prestigia o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria na sua 30ª edição.

Esta sessão tem um caráter simbólico de grande importância para o Parlamento.

Eu abro um parêntese aqui para saudar o ex-Deputado, Prefeito e ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Sandro Mabel, meu amigo pessoal.

Prefeito, saiba V.Exa., que já foi membro do Parlamento, que esta sessão tem, repito, um caráter simbólico de grande importância para este Parlamento. Ela representa o valor do diálogo entre mandatários e cidadãos, representa a força da sociedade civil na definição das prioridades da atividade legislativa, representa o comprometimento do Congresso Nacional para com o setor da economia que tem a força de promover o nosso desenvolvimento de modo sustentável, promissor e duradouro.

É de conhecimento geral o meu envolvimento e o meu apoio às causas



legislativas da indústria brasileira, seja aqui no Parlamento, atuando em frentes parlamentares e nas deliberações de matérias de interesse setorial, seja no período em que ocupei o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, quando pude colocar em prática várias iniciativas de fomento à produção manufatureira e às exportações.

Sinto-me, portanto, muito à vontade para acolher os pleitos que a Confederação Nacional da Indústria e as federações estaduais da indústria nos apresentam e, ao mesmo tempo, renovar o meu compromisso com projetos que nos posicionam em rota de progresso e que resultam em desenvolvimento e bem-estar para todos os brasileiros.

Nos últimos anos, avançamos em temas estruturantes para a indústria nacional. Entre estes avanços, destaco a recente aprovação da reforma tributária, uma conquista histórica, que proporcionará um sistema mais simplificado, transparente e equilibrado, reduzindo o Custo Brasil e ampliando a competitividade das empresas.

O novo modelo de tributação contribuirá para a previsibilidade e a segurança jurídica dos investidores, fatores essenciais para a retomada do crescimento econômico.

Eu abro, Presidente Carlos Veras, mais um parêntese aqui para saudar o Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI à época em que fui Ministro. Quando eu estava chegando aqui a esta Casa, ele também chegava, e falávamos exatamente, Senador Izalci, deste ponto que abordo agora no meu pronunciamento, que é a segurança jurídica.

É imperioso que este País tenha mais segurança jurídica. Continuaremos trabalhando, senhoras e senhores, para que a regulamentação da reforma seja concluída o quanto antes.

É importante destacar, Sr. Presidente, que a indústria brasileira tem demonstrado reiteradamente o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a transição energética. Tanto é que várias proposições atinentes a esses temas estiveram nas agendas legislativas propostas em anos anteriores e continuam entre as prioridades no documento que ora nós recebemos.

Sabemos que o futuro da economia mundial exige inovação e responsabilidade ambiental. O Brasil tem condições de liderar essa agenda global. Este ano, sediando a COP 30, teremos a oportunidade de nos firmar nessa posição de liderança.

Devemos fortalecer políticas que incentivem investimentos em energias renováveis, bioeconomia e tecnologias de baixo carbono, tornando nossa indústria ainda mais competitiva no cenário internacional.

Passamos por um momento crucial. As mudanças nas políticas comerciais de grandes mercados mundiais impõem desafios e oportunidades para o setor



produtivo nacional. Precisamos garantir que nossa indústria seja preparada para competir globalmente, com mais inovação, produtividade e, repito, segurança jurídica. Para isso, é fundamental continuarmos modernizando o arcabouço legal, eliminando entraves burocráticos e garantindo melhores condições para o crescimento da produção industrial.

Repito, senhoras e senhores, a indústria é um dos pilares do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Seu fortalecimento é essencial para a geração de empregos de qualidade, para o aumento da renda dos trabalhadores e para a dinamização de diversas cadeias produtivas.

Nosso trabalho, enquanto legisladores, Deputada Marussa, deve estar alinhado com as necessidades da indústria e da sociedade brasileira. É com esse compromisso que seguimos atuando para que o ambiente de negócios no Brasil seja cada vez mais favorável ao empreendedorismo, à inovação e à geração de riqueza.

Senador Marcos Pontes, reafirmo aqui o meu compromisso com o setor industrial e com a construção de um País mais próspero, inovador e sustentável.

A interação profícua que o Congresso Nacional tem mantido com a CNI, com as Federações Estaduais — representadas aqui por seus presidentes, diretores e vice-presidentes — e os mais variados segmentos industriais continuará, com toda certeza, proporcionando avanços que garantam um futuro de crescimento sólido para o Brasil.

Muito obrigado.

Contem comigo!

Documento 6/14

5.2025.N	Sessão Ordinária - CD	25/03/2025-11:44
Publ.: DCN - 3/26/2025 -	Zé Adriano-PP -AC	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na sessão solene destinada ao lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2025. Enfatizou a necessidade de fortalecer o setor industrial brasileiro e apontou desafios como a desindustrialização, mas ressaltou o papel fundamental da indústria na economia, representando 25% do PIB e 38% da arrecadação federal. Defendeu a neoindustrialização, com foco em inovação, crédito acessível e modernização, além da importância do Sesi e Senai na formação profissional. Reafirmou seu compromisso com a reforma tributária, a redução do Custo Brasil e a competitividade industrial, buscando



impulsionar o desenvolvimento do Acre e do País.

O SR. ZÉ ADRIANO (Bloco/PP - AC. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer um registro, o de que iniciei minha atividade parlamentar no dia 1º de fevereiro deste ano. Portanto, desde já peço desculpas por qualquer gafe cometida durante minha fala.

Aproveito esta oportunidade para parabenizar todos os oradores que me antecederam.

Cumprimento o Deputado Marcos Pereira pelo requerimento de realização desta sessão solene.

Cumprimento o Presidente da Mesa, o Senador Efraim Filho.

Cumprimento o Senador Astronauta Marcos Pontes e o Senador Chico Rodrigues.

Bom dia a todos.

Cumprimento todos os Deputados e todas as Deputadas Federais, os Senadores e as Senadoras, assim como aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa.

Quero saudar especialmente o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, o meu amigo Ricardo Alban, pela condução firme e estratégica da confederação, e também o meu querido amigo Paulo Afonso Ferreira, que felicito pela Presidência do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI. Paulo Afonso sempre me inspirou.

Paulo, muito obrigado. A indústria agradece. Esse é um núcleo dos mais importantes, porque promove a articulação e o diálogo permanente entre a indústria e o Congresso Nacional.

Não posso deixar de registrar o meu carinho pelo ex-Presidente Robson Braga de Andrade, que muito nos ensinou durante o tempo em que esteve à frente da nossa confederação, e de agradecer sempre pelo apoio ao atual Prefeito de Goiânia, o meu amigo Sandro Mabel, que estava aqui há pouco.

Cumprimento também todos os amigos Presidentes de Federações de Indústrias de todo o País — permitam-me não nominá-los, porque o Presidente Alban já o fez — e os Presidentes de Associações Setoriais e de Sindicatos Nacionais da Indústria.

Sr. Presidente, é com satisfação que subo a esta tribuna para saudar o lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria 2025*. Tive a honra de



participar de nove edições anteriores, enquanto Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre. Hoje, é com emoção redobrada que celebro o lançamento da 30ª edição desta agenda, agora na condição de Deputado Federal.

Sabemos que o Brasil vem enfrentando um processo de desindustrialização. Ainda assim a indústria permanece como uma das maiores forças motrizes da nossa economia. Ela representa cerca de 25% do PIB nacional, responde por quase 38% da arrecadação de tributos federais e concentra mais de 66% dos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento. Esses números falam por si: a indústria é vital para o desenvolvimento sustentável do nosso País.

Vivemos um tempo de grandes desafios, mas também de grandes oportunidades. O fortalecimento da indústria nacional é urgente e indispensável. Precisamos promover a inovação, ampliar nossa competitividade, gerar empregos de qualidade, melhorar a vida das pessoas, reduzir nossa dependência de *commodities* e assegurar a presença mais qualificada do Brasil no mercado internacional. Esses são os objetivos da tão necessária neoindustrialização.

Para isso, é fundamental o esforço conjunto entre o Governo Federal, o Congresso Nacional e o setor produtivo. Essa sinergia é a base de um ambiente propício à inovação, ao investimento e progresso social. Precisamos avançar também em políticas de crédito que favoreçam a modernização da indústria. Devemos destacar o papel fundamental do SESI e do SENAI, que têm transformado vidas com excelência em educação básica, formação profissional e tecnológica.

Na condição de Deputado Federal e ainda de Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre, reafirmo o meu compromisso de lutar por pautas estruturantes, como a consolidação da reforma tributária, a redução do Custo Brasil, a modernização das normas gerais sobre o comércio exterior e tantos outros projetos em tramitação nesta Casa que impactam diretamente a competitividade do setor industrial.

Seguirei trabalhando com afinco pelo desenvolvimento da indústria, pela geração de emprego e renda no meu Estado, o Acre, e em todo o Brasil.

Muito obrigado.

Viva a indústria nacional!



Sumário

O Deputado discursou na sessão solene para lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2025. Ademais, destacou sua trajetória de 34 anos na vida pública, ressaltando seu compromisso com o setor industrial. Além disso, enfatizou sua contribuição para a industrialização de sua cidade, para recuperar indústrias em crise e fortalecer a economia do Paraná, como o Programa Paraná Competitivo. Adicionalmente, salientou sua participação no Congresso Nacional na revisão constitucional, no Plano Real, no impeachment de dois Presidentes e em reformas estruturais, como a trabalhista e a tributária. Defendeu ainda a criação de uma Comissão Mista para fiscalizar a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o projeto, de sua autoria, para desonerar a folha de pagamentos. Sustentou também a antecipação da vigência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) além da defesa do semipresidencialismo e do voto distrital misto. Por fim, incentivou a diplomacia parlamentar com a indústria brasileira e parabenizou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pelo trabalho em prol da reforma tributária e do desenvolvimento econômico.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta Sessão Solene pela 30ª *Agenda Legislativa da Indústria* — eu participei de todas, estou aqui há 34 anos —, Eduardo Gomes, querido Senador e amigo; nosso amigo Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ricardo Alban; ex-Presidentes da CNI e Presidentes de Federações das Indústrias de todos os Estados do Brasil, senhoras e senhores empresários, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados e demais presentes, a industrialização no mundo começa na Inglaterra, no século XVIII, acelera a partir dessa data no mundo inteiro e, no Brasil, só começa no final do século XIX, começo do século XX — uma industrialização tardia.

No Brasil, antes da industrialização tardia, já havia crescimento econômico, desde a Proclamação da República, à taxa de 5% ao ano. A partir de 1931, o Brasil acelera o seu crescimento, com uma indústria nascente, e passa a crescer a 6,3% ao ano, até 1980, com ênfase no fortalecimento da agricultura brasileira, da indústria, do comércio e das exportações do nosso País.

Quero mostrar como a minha trajetória se identifica com a da indústria.

Logo no começo da vida pública, como filho de comerciante e Vereador, ajudei o Prefeito da minha cidade a industrializá-la. Dez anos depois, tive a oportunidade de recuperar 42 indústrias que haviam quebrado na crise econômica do Governo João Figueiredo, de 1981 a 1983. Ao recuperar as 42 indústrias, vieram outras 112. De 1987 a 1990, criei o Programa de Desenvolvimento Industrial do Paraná; em 1996, a lei das exportações de *commodities*, a Lei da Sociedade Anônima, os Refis; em 2006, o Super-



Simples e o Microempreendedor Individual; em 2011, lançamos o Programa Paraná Competitivo, que fez do Paraná a quarta maior economia do Brasil. no Congresso Nacional, com oito mandatos, participei ativamente da revisão constitucional, do Plano Real, do *impeachment* de dois Presidentes da República, para sanear o Brasil. Aliás, os dois Presidentes "impeachmados" quebraram a economia do Brasil. Eu também ajudei a aprovar a reforma trabalhista, a terceirização e a reforma tributária que criou o Imposto sobre Valor Agregado — IVA 5.0. Agora, a minha agenda, a que eu proponho ao País e à CNI, além da de vocês, é a instalação de uma Comissão Mista, da Câmara e do Senado, Senador Eduardo Gomes — e V.Exa. pode nos ajudar em relação a esta Comissão falando com o Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre —, destinada a fiscalizar a implantação do IVA.

Também estou apresentando um projeto de lei para desonerar a folha de pagamentos, o que é um sonho dos empresários brasileiros, para transferir essa cobrança para a CBS, uma contribuição federal. Vai haver acréscimo de alguns pontos percentuais na alíquota, para ser zerada a folha de pagamentos de todos os setores. Já que as microempresas, já que o terceiro setor tem desoneração e 17 setores da economia têm uma forma de cobrança direta, pela receita bruta, chegou a hora de transferir a cobrança da folha para a CBS.

Outra nova agenda que eu tenho é a da antecipação da vigência do IVA, do IBS e da CBS, especialmente do IBS, para 2027, estabelecendo um entendimento com os empresários que são beneficiários de guerra fiscal com Governos Estaduais, o Governo Federal e o Congresso Nacional. Quero abrir essa possibilidade por meio de uma proposta de emenda à Constituição.

Uma nova bandeira que eu tenho, para modernizar a política brasileira, é a do semipresidencialismo. Um projeto sobre isso já está sendo apresentado. O mundo é governado pelo semipresidencialismo. No Brasil, este presidencialismo arcaico produz crises, grandes crises econômicas. Cito também a bandeira do voto distrital misto.

Enfatizo a importância da diplomacia do Parlamento com a indústria brasileira, com todos os segmentos econômicos, e parablenizo a CNI, que comandou e nos ajudou, fundamentalmente, na elaboração da reforma tributária e de todos os projetos econômicos deste País.

Que Deus abençoe a todos.

Viva a indústria!

Vivam os industriais!

Vivam os trabalhadores da indústria do nosso País!

O Congresso brasileiro está ao lado da indústria brasileira.



Documento 8/14

5.2025.N	Sessão Ordinária - CD	25/03/2025-12:04
Publ.: DCN - 3/26/2025 -	Vitor Lippi-PSDB -SP	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM
		DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na sessão solene para lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2025. Ademais, celebrou a presença de representantes da indústria no Congresso Nacional e reconheceu sua importância para o desenvolvimento do País. Além disso, destacou a necessidade de reduzir o Custo Brasil. Adicionalmente, ressaltou a relevância da reforma tributária aprovada, que visa tornar o ambiente de negócios mais competitivo. Enfatizou ainda o papel da indústria na geração de empregos e no fortalecimento da economia nacional. Por fim, defendeu um sistema tributário mais moderno e eficiente, alinhado ao padrão internacional, e reafirmou o compromisso do Parlamento com o fortalecimento da indústria.

O SR. VITOR LIPPI (Bloco/PSDB - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, bom dia.

É uma satisfação recebê-los aqui, no Congresso Nacional, na Câmara Federal, representantes da indústria tão importantes para o nosso País. Nós temos orgulho do trabalho de vocês. Temos consciência das dificuldades por que vocês passam, das dificuldades do passado.

Quis fazer uso da palavra, Sr. Presidente, para reconhecer, agradecer e dizer que, apesar de um passado difícil, nós temos cenários favoráveis pela frente. E mais importantes são o presente e o futuro. Este é o compromisso desta Casa: melhorar o ambiente de negócios no Brasil e reduzir o Custo Brasil, tão necessário para fortalecer e para melhorar a competitividade da indústria nacional.

Quero cumprimentar, rapidamente, quem está presidindo agora mesmo. Ao nosso querido Senador Eduardo Gomes o nosso especial reconhecimento.

Também cumprimento o Senador Efraim Filho, um dos Parlamentares mais dinâmicos desta Casa, que está aqui na composição da Mesa.

Cumprimento Ricardo Alban, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Temos uma satisfação muito grande em recebê-lo aqui, Presidente Ricardo Alban.

Cumprimento a todos os Deputados aqui presentes na pessoa do Deputado Luiz Carlos Hauly, que foi muito importante — não é, Armando Monteiro? —



para a nossa importantíssima e fundamental reforma tributária.

Eu gostaria de rapidamente também cumprimentar um grande empresário do Brasil, um exemplo, que é o Jorge Gerdau, que está aqui conosco.

Então, recebam, primeiro, o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento por acreditarem no Brasil. Os problemas da indústria, da competitividade da indústria nacional não estão dentro da indústria, estão neste País, estão no Brasil, e é responsabilidade do Governo e do Parlamento brasileiros reduzir o Custo Brasil. Todos vocês sabem — e os estudos mostram — que produzir no Brasil é 20% mais caro do que produzir fora do Brasil, que as indústrias e as empresas do nosso Brasil gastam dez vezes mais para conseguir pagar impostos. Já foi o lucro, e elas ainda não conseguiram nem pagar os impostos.

Além disso, a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado para a indústria no País equivale ao dobro das alíquotas do mundo. Aqui, a média do IVA, Sr. Presidente, a média do imposto sobre o consumo cobrado das indústrias no Brasil é próxima de 40%. A média do mundo é de 20%. Nos Estados Unidos, é de 9%; na China, é de 9%; no México, é de 17%. Como podemos competir assim?!

Nós precisamos corrigir o ambiente de negócios no Brasil. A indústria brasileira é fundamental. Apenas ela gera impactos na economia maiores do que os de todos os outros setores.

Eu queria dizer que o sonho dos Governadores e dos Prefeitos deste País é ter uma ou mais uma indústria em seus Municípios. Todos nós reconhecemos a qualidade dos empregos, os benefícios que a indústria traz, os empregos diretos e os indiretos, as cadeias produtivas, as cadeias tecnológicas, muito importantes para melhorar a renda dos brasileiros.

Vocês são, portanto, essenciais ao nosso País.

Registro nosso reconhecimento e nosso agradecimento. Temos orgulho do trabalho de vocês.

A reforma tributária feita nesta Casa vai reposicionar a indústria nacional, para que possamos ter um sistema semelhante ao que têm todos os países da Europa, da Coreia, do Japão, do Canadá, enfim, de 90% dos países. Mais: nós estamos evoluindo para ter, possivelmente, aqui o IVA mais tecnológico e mais simplificado do mundo.

Esta Casa tem compromisso com o futuro, e o futuro, para melhorar nosso País e nossa economia, passa por uma indústria forte. Um país forte tem indústria forte. Este é o compromisso com cada um de vocês.

Obrigado pelos empregos e pelo desenvolvimento econômico e social.



Juntos, vamos lutar pela indústria e pelo Brasil.

Muito obrigado.

Documento 9/14

5.2025.N	Sessão Ordinária - CD	25/03/2025-12:08
Publ.: DCN - 3/26/2025 -	Jandira Feghali-PCdoB -RJ	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

A Deputada discursou na sessão solene para lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2025. Ademais, ressaltou o compromisso do Partido Comunista do Brasil (PC do B) com um projeto nacional de desenvolvimento. Além disso, destacou avanços na agenda legislativa do partido como a reforma tributária e a equiparação salarial entre homens e mulheres. Adicionalmente, saudou a presença de mulheres empresárias da indústria e alertou para os impactos da elevada taxa de juros sobre o setor produtivo. Enfatizou ainda a importância da indústria para a soberania nacional e criticou barreiras tarifárias que dificultam as exportações. Por fim, defendeu a responsabilidade do partido com a sustentabilidade ambiental e a regulação ética das novas tecnologias, como a inteligência artificial, assegurando apoio à indústria nacional e ao desenvolvimento econômico.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Eduardo Gomes, que preside esta sessão.

Quero, na pessoa de V.Exa., cumprimentar todos os Senadores e todas as Senadoras; o Deputado Marcos Pereira, que presidiu a sessão até há pouco. Na pessoa de S.Exa., cumprimento todas as minhas colegas Deputadas e meus colegas Deputados. Saúdo o Presidente Ricardo Alban, da CNI. Em sua pessoa, cumprimento os setores industriais do País.

Quero cumprimentar o Presidente da Firjan do meu Estado, o Sr. Luiz Césio Caetano, aqui presente. Ele tem feito um importante trabalho na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Presidente, eu quero situar três pontos.

O primeiro deles é que, quando falamos em nome da bancada do meu partido, o PCdoB, quero dizer que tem sido uma bandeira nossa muito forte, contundente e densa um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil. Em torno dele, há uma agenda, e parte desta agenda tem avançado neste



Parlamento, como a depreciação acelerada e a alteração da média da taxa de juros, inclusive do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Temos aqui a votação de uma reforma tributária, cuja regulamentação avança. Destaco, também, salário igual e trabalho igual para as mulheres.

Abro, aliás, um parêntese e aproveito para pedir uma salva de palmas para as mulheres empresárias da indústria aqui presentes.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

Não é fácil ocupar este lugar, este espaço, sabemos disso.

Há algo que, penso, atrasa nosso processo e a possibilidade da defesa da indústria nacional: a elevada taxa de juros que este País ainda desenvolve. Trata-se de uma das maiores taxas de juros do mundo, o que, obviamente, impacta com muita força o setor produtivo brasileiro nesta fase contemporânea do capital financeiro, em que dinheiro gera dinheiro, mas não gera emprego nem produtividade.

Por isso, nós precisamos lutar para baixar a taxa de juros no Brasil, para que nesta política macroeconômica a indústria nacional possa se desenvolver.

O segundo aspecto que quero mencionar é que não há projeto nacional de desenvolvimento sem indústria nacional. Aí entra a questão da altivez e da soberania para enfrentarmos as sanções do império norte-americano e enfrentarmos, com altivez, esta discussão tarifária que dificulta, para a indústria brasileira, as exportações.

Por fim, saibam que, da nossa parte, da parte do PCdoB, nós teremos toda a disposição para debater a agenda de vocês, até porque vocês trazem duas questões muito importantes neste momento, para além da política macroeconômica e da análise que vocês fazem da legislação que aqui tramita. Trata-se de encarar a questão da sustentabilidade ambiental e as novas tecnologias com uma regulação ética do seu uso, como a inteligência artificial.

Contem com a bancada do Partido Comunista do Brasil no apoio à indústria nacional e ao projeto nacional de desenvolvimento.

Muito obrigada.

Documento 10/14

5.2025.N	Sessão Ordinária - CD	25/03/2025-12:16
Publ.: DCN - 3/26/2025 -	Hildo Rocha-MDB -MA	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO



Sumário

O Deputado, na sessão Solene do Congresso Nacional, destinada ao lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2025, destacou a importância da indústria para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Saudou os representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das federações estaduais, parabenizando os idealizadores da sessão, Senadora Tereza Cristina e Deputado Marcos Pereira. Reforçou o apoio histórico do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao setor industrial, com destaque para a aprovação da reforma tributária, cujo autor é o Deputado Baleia Rossi, Presidente Nacional do MDB. Ressaltou que a Emenda Constitucional nº 132, de 2023, originada da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional, foi construída em diálogo com a indústria e visa simplificar o sistema tributário, eliminar a cumulatividade e aumentar a competitividade do setor no mercado internacional. Finalizou exaltando o papel da indústria como locomotiva do desenvolvimento brasileiro.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Senador Eduardo Gomes, Presidente em exercício do Congresso Nacional e do Senado Federal, que preside a presente sessão solene.

Cumprimento o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ricardo Alban, e, na pessoa dele, toda a Diretoria da CNI.

Cumprimento os Presidentes das Federações das Indústrias dos Estados, nas pessoas do Presidente Edilson Baldez e do Vice-Presidente Cláudio Azevedo, nosso amigo, que também se encontra presente aqui, prestigiando este momento importante de integração entre o Legislativo brasileiro e a indústria nacional.

Quero saudar, Sr. Presidente, os idealizadores desta sessão solene para o lançamento da pauta legislativa da indústria para o ano de 2025: a Senadora Tereza Cristina e o Deputado Marcos Pereira.

Neste momento, eu falo em meu nome e também em nome do meu partido, o MDB, que tem apoiado sempre esse setor da economia brasileira, por entender que é um segmento capaz de gerar desenvolvimento econômico e, consequentemente, desenvolvimento social em nosso País. Sem dúvida nenhuma, esse segmento é a locomotiva do desenvolvimento brasileiro. Há muitos anos, a indústria tem contribuído para o nosso desenvolvimento econômico e para o nosso desenvolvimento social, gerando empregos, gerando riqueza, gerando arrecadação de impostos.

Por falar em impostos, um dos maiores exemplos do comprometimento do partido MDB com a indústria é a reforma tributária, na qual o partido votou em peso. Inclusive, o autor da reforma tributária é o Presidente Nacional do MDB, o Deputado Baleia Rossi, de São Paulo. Ele foi o autor da Proposta de Emenda



à Constituição nº 45, de 2019, que deu origem à Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que foi construída junto com a indústria para melhorar o ambiente de negócios da indústria brasileira, acabar com a cumulatividade, simplificar o nosso sistema, acabar com os resíduos tributários na exportação, fazendo com que as indústrias brasileiras sejam altamente competitivas no mercado internacional, o que vai acontecer, de fato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Salve a indústria brasileira!

Documento 11/14

5.2025.N	Sessão Ordinária - CD	25/03/2025-10:40
Publ.: DCN 3/26/2025 -	- Carlos Veras-PT -PE	
	HOMENAGEM	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DISCURSO

Sumário

O Presidente da sessão solene para lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2025 destacou a importância do setor industrial para o desenvolvimento do País e mencionou sua trajetória no movimento sindical e na CUT de Pernambuco. Citou avanços recentes, como o crescimento de 3,1% da produção industrial e o recorde na exportação de produtos manufaturados. Além disso, ressaltou o papel do Congresso na aprovação de medidas como a reforma tributária e celebrou os 40 anos da democracia brasileira como um marco de diálogo institucional. Por fim, reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da indústria, geração de empregos e direitos trabalhistas. Parabenizou a CNI pelo trabalho e cumprimentou Parlamentares e lideranças presentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Veras. Bloco/PT - PE) - Convido o Sr. Ricardo Alban, Presidente da CNI, a realizar a entrega da edição da Agenda Legislativa da Indústria 2025 aos componentes da Mesa.

(Pausa.)

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os presentes, é uma alegria presidir esta solenidade e receber da CNI a 30ª Agenda Legislativa da Indústria.

Enquanto 1º Secretário da Câmara, faz parte do meu trabalho receber documentos enviados à Casa. Mas não é só por isso que estou aqui. Eu



acredito, meu partido acredita, o Legislativo acredita na importância da indústria.

Ao participar do movimento sindical, atuei lado a lado de trabalhadores e trabalhadoras dos mais diversos setores da indústria. Na Presidência da CUT de Pernambuco, vi como o desenvolvimento da indústria contribui para a melhoria de vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e de suas famílias.

Na economia tudo está interligado, por isso, temos buscado o crescimento do País de forma integrada, sem deixar nenhum setor para trás, com uma preocupação especial em apoiar a revitalização da indústria brasileira.

É muito bom ver que o esforço dá resultado. No ano passado, a produção industrial cresceu 3,1%, segundo o IBGE. Agora, em fevereiro, como 1º Secretário da Mesa Diretora do Congresso Nacional, tive a felicidade de ler, na mensagem do Presidente da República, que, em 2024, o Brasil bateu o recorde em exportação de produtos manufaturados e reassumiu a oitava posição em produção de automóveis.

Conquistas assim são resultados da sinergia do Executivo e do Legislativo na busca de um mesmo objetivo. O Congresso deu sua contribuição aprovando diversas matérias, como a reforma tributária, que a própria CNI reconheceu como importante ao incluí-la nas edições anteriores de sua agenda.

Neste mês, em que a democracia brasileira completa 40 anos, receber a 30ª edição da Agenda Legislativa da Indústria é também um marco da nossa abertura institucional, porque é um exemplo de diálogo franco e contínuo entre representantes e representados, entre a sociedade civil e o poder público. Então, este é um momento digno de comemoração.

Que o diálogo continue sempre. Eu estarei atento e disposto a apoiar o desenvolvimento do nosso País, sem nunca perder de vista, é claro, a geração de emprego, a dignidade das condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras da indústria.

Celebramos hoje o nosso compromisso com o desenvolvimento nacional, em um momento em que o Brasil retoma o crescimento com a inclusão social. Fortalecer a indústria é essencial para gerar emprego, para impulsionar a inovação e para contribuir com um futuro sustentável e menos desigual para o nosso País.

Muito obrigado.

Parabéns à CNI pelos 30 anos da Agenda Legislativa.

(Palmas.)

Permitam-me, senhores e senhoras, agradecer a todos os Deputados e



Deputadas, aos Senadores e Senadoras, e cumprimentá-los em nome do nosso sempre querido colega, Presidente Marcos Pereira, Ministro, alguém que, desde o primeiro dia de mandato, aprendi a admirar e a com ele dialogar e construir, nesta Casa, a aprovação de proposições de lei muito importantes.

Cumprimento o Presidente da CNI. Peço que leve meu abraço e cumprimentos a uma pessoa que também aprendi a admirar, mas que não vejo aqui, o nosso querido e sempre Senador Armando Monteiro, do meu Estado de Pernambuco. Eu tive a oportunidade de votar nele para Governador do meu Estado.

E quero aqui novamente reiterar o compromisso e o reconhecimento da Mesa Diretora desta Casa, em nome do Presidente Hugo Motta, mais um nordestino — Deputado Marcos Pereira, os nordestinos não estão só presidindo esta Casa, também estão presidindo a CNI.

Agora, convido para fazer seu pronunciamento, como requerente desta sessão, o Deputado Federal Marcos Pereira.

Documento 12/14

29.2025	Sessão Ordinária - CD	25/03/2025-13:55
Publ.: DCD - 3/26/2025 -	Pauderney Avelino-UNIÃO -AM	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado, por ocasião da Sessão Solene da agenda legislativa da indústria, reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento econômico do Amazonas e destacou os números expressivos da Zona Franca de Manaus (ZFM). Ressaltou que o Polo Industrial de Manaus (PIM) registrou, em 2024, faturamento de R\$ 204,39 bilhões (US\$ 37,5 bilhões), crescimento de 16,24% em reais e 6,36% em dólares em relação a 2023, e que o setor responde atualmente por cerca de 600 mil empregos no Estado. Citou os principais segmentos industriais em alta, como bens de informática, eletroeletrônicos e o setor de duas rodas. Destacou que entre os produtos com maior crescimento estão televisores LCD/OLED (+18,84%), ar-condicionado split (+55,49%) e fornos micro-ondas (+51,78%); e que a média de empregos diretos mensais no PIM chegou a 123 mil em 2024, 8,87% superior ao ano anterior. Em seguida, defendeu projetos prioritários da indústria nacional, como a política de economia circular, regulação da inteligência artificial, modernização do licenciamento ambiental e a nova Lei Geral de Concessões. Também alertou para a relevância do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), tema central na implementação da reforma tributária. Por fim, convocou o Parlamento a seguir trabalhando por mais competitividade para a indústria e desenvolvimento para os amazonenses e brasileiros.



DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Hoje iniciamos a semana com a agenda legislativa da indústria em sessão solene do Congresso realizada pela Confederação Nacional da Indústria renovando o nosso compromisso com a Zona Franca de Manaus que registrou um faturamento do (PIM) em 2024 de US\$ 37,5 bilhões, um aumento de 6,4% em relação a 2023.

A agenda tem como propósito manter o diálogo qualificado e uma comunicação fluida com o Poder Legislativo, fundamentada nas experiências e necessidades do setor, além de incentivar o crescimento econômico, social e sustentável do país e dentre as propostas principais temos os projetos que estabelecem a Polícia Nacional de Economia Circular, a regulação da inteligência artificial, a modernização das normas de licenciamento ambiental e a nova lei geral de concessões.

Quem me acompanha sabe do meu compromisso inabalável com a indústria do Amazonas e do nosso país. Sempre levantando as bandeiras da atividade produtiva, que alavanca o crescimento econômico, a geração de empregos e de riquezas pro nosso estado, representados na nossa Zona Franca de Manaus, que hoje gera 600 mil postos de trabalho no nosso estado.

Alguns números da ZFM: de janeiro a dezembro de 2024, o Polo Industrial de Manaus (PIM) faturou o montante recorde de R\$ 204,39 bilhões, o que representa crescimento de 16,24% na comparação com o resultado obtido em 2023 (R\$ 175,83 bilhões). Em dólar, o [faturamento](#) global de 2024 foi de US\$ 37.51 bilhões - alta de 6,36% na comparação com 2023 (US\$ 35.27 bilhões).

As exportações do PIM totalizaram US\$ 619.330 milhões ao longo de 2024, o que representa crescimento de 11,61% em relação ao ano anterior.

Nos seguimentos e produtos temos: bens de informática (faturamento de R\$ 47,07 bilhões e crescimento de 9,93%), eletroeletrônico (faturamento de R\$ 36,84 bilhões e crescimento de 11,71%) e duas rodas (faturamento de R\$ 36,47 bilhões e crescimento de 18,32%).

Entre os principais produtos do PIM em 2024, pode-se destacar principalmente o desempenho das linhas de produção de televisores com tela de LCD e OLED, com 13.994.881 unidades fabricadas entre janeiro e dezembro e aumento de 18,84%; motocicletas, motonetas e ciclomotos, com 1.831.600 unidades e aumento de 12,91%; telefones celulares, com



13.728.421 unidades e aumento de 2,87%; condicionadores de ar do tipo split system, com 5.775.240 unidades e aumento de 55,49%; condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único, com 419.762 unidades e aumento de 82,29%; monitores com tela de LCD para uso em informática, com 3.115.353 unidades e aumento de 37,19%; e fornos micro-ondas, com 5.465.612 unidades e aumento de 51,78%.

No que diz respeito aos números de mão de obra, as fábricas do PIM registraram, ao final de dezembro, 127.798 trabalhadores empregados, entre efetivos, temporários e terceirizados. Com os resultados contabilizados de janeiro a dezembro, a média mensal de empregos diretos do PIM em 2024 foi de 123.489 trabalhadores, o que representa crescimento de 8,87% em relação à média mensal de 2023 (113.419 trabalhadores).

Em 2025 teremos pela frente a votação do PLC 108/2025 que propõe criar o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) e estabelece normas de gerenciamento e administração desse novo imposto. Essa gestão será compartilhada entre os Estados e Municípios. E teremos novas normas para o imposto de transmissão “causa mortis” e doação de bens e direitos.

Que em 2025 sigamos trabalhando por mais oportunidades para a nossa indústria e para todos os amazonenses e brasileiros!

Documento 13/14

32.2025	Sessão Ordinária - CD	26/03/2025-21:32
Publ.: DCD - 3/27/2025 -	Gilson Daniel-PODE -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a pauta municipalista ao pedir a aprovação de um projeto que autorize os Municípios a utilizarem os saldos remanescentes de recursos federais repassados à saúde entre 2020 e 2023, especialmente os oriundos do período da pandemia. Alertou que esses valores, se não utilizados, podem ser devolvidos à União, prejudicando a saúde pública local. Destacou que os Municípios recebem a menor parcela dos impostos arrecadados, apesar de serem onde a população vive e busca serviços públicos. Também mencionou sua atuação junto à Confederação Nacional de Municípios (CNM) em temas como reforma tributária, previdência municipal, precatórios e o impacto do novo Imposto de Renda na arrecadação municipal, reafirmando seu compromisso com a defesa das cidades brasileiras.



O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, falo hoje, pelo tempo da Liderança, para dirigir uma manifestação importante ao municipalismo. A pauta municipalista que trago hoje são demandas dos Municípios brasileiros.

Nós precisamos, nesta Casa, votar um projeto importante para a saúde financeira dos Municípios, para utilizarmos os saldos que existem em suas contas na área da saúde. Trata-se de recursos repassados pelo Governo anterior, muitos deles para a saúde, entre 2020 e 2023. Muitos Municípios brasileiros ainda têm saldo de recursos no Fundo Municipal da Saúde repassados pelo Governo Federal.

Acontece que muitos Prefeitos e muitos Secretários de Finanças, muitos que estão assumindo mandato neste momento, não têm noção da aplicação dos recursos. Muitos recursos enviados no período da Covid-19 não foram aplicados, mas continuam em conta. A União quer estes recursos de volta. Esta Casa precisa votar um projeto para autorizar os Municípios brasileiros — cito os Municípios capixabas, do meu Estado — a utilizarem este recurso na saúde pública dos Municípios.

Eu posso falar isso de carteirinha, porque tenho ido a diversos Municípios do meu Estado, tenho acompanhado a parte contábil, minha área de formação, e analisado os saldos financeiros e toda a política pública que pode ser implementada naquelas cidades. Vejo que muitos dos Municípios do meu Estado ainda têm saldo nas contas de recursos da saúde que poderiam ser aplicados na compra de medicamentos, de ambulâncias, na contratação de profissionais de medicina, bem como no pagamento de exames especializados. Estes recursos são importantes para as cidades.

Portanto, quero me dirigir a todos os Municípios, de forma especial aos Municípios do meu Estado. Nós vamos trabalhar nesta Casa para aprovar o projeto de lei que autoriza os Municípios a utilizarem o saldo destas contas, para que estes recursos não voltem para a União.

Deputado Caveira, a maioria dos recursos dos impostos da população brasileira vai para a União. A segunda maior parte vai para os Estados. Para os Municípios, onde a vida acontece, onde nós moramos, onde nós matriculamos nossos filhos, onde nós buscamos saúde pública e assistência social, vai a menor parcela dos recursos dos impostos dos brasileiros. E, quando há saldo na conta, como é o caso da saúde, a União quer para si esses recursos, porque a sua gestão não considera que sejam importantes para os Municípios.

A minha fala aqui hoje é para que possamos dar um voto de confiança a todos os Prefeitos, os que estão em seu primeiro mandato e os reeleitos, e fazer com que, a partir dessa lei aprovada por esta Casa e pelo Senado, esses recursos fiquem realmente nos Municípios.

Eu tenho andado pelos Municípios capixabas e conversado com a sociedade e com os Prefeitos. Eu vejo que temos demandas na saúde, não só no Espírito



Santo, mas em todos os Estados da Federação. Esses recursos que estão na conta são importantes para ajudar os Municípios. É importante que esses recursos não voltem para a União.

A minha fala é esta. É uma fala municipalista, porque sou municipalista.

Hoje eu estava na Confederação Nacional de Municípios discutindo diversos temas da pauta municipalista, como a reforma tributária e o Conselho Gestor do IBS. Nós precisamos ter Prefeitos nesse conselho, para dialogar, mas também brigar por seus recursos, porque a reforma pode fazer com que os Municípios recebam menos recursos ainda.

Nós também discutimos o projeto do Imposto de Renda que chegou a esta Casa, que impacta diretamente os Municípios. Muitas pessoas não sabem, mas, com o Imposto de Renda retido na fonte, do pagamento dos servidores públicos municipais, do pagamento das empresas que prestam serviço para os Municípios, existe uma retenção, que é receita pública municipal. Muitos Municípios perderão essa receita, porque a média salarial dos servidores municipais hoje gira em torno de 2.500 reais a 4 mil reais, e todas essas pessoas serão isentas. Isso impacta diretamente os Municípios.

Hoje, também na Confederação Nacional de Municípios, conversamos sobre a PEC 66/2023, que trata de precatórios e também da previdência dos Municípios, principalmente aqueles que têm previdência própria.

Então, são muitos os temas voltados ao municipalismo. Este Deputado, que é considerado pela confederação o mais municipalista, vai estar sempre nesta Casa defendendo os Municípios, porque é realmente ali que a vida acontece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria que a minha fala de hoje fosse divulgada pelos meios de comunicação desta Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 14/14

33.2025	Sessão Ordinária - CD	27/03/2025-12:28
Publ.: DCD - 3/28/2025 -	Marcel van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2024, que aprova os textos da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para a Eliminação da Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em Brasília, em 5 de agosto de 2022. Também



criticou a reforma tributária aprovada pelo Governo Federal, afirmando que ela aumentará significativamente os impostos sobre o consumo, prejudicando especialmente os mais pobres e concentrando recursos em Brasília. Destacou que a nova matriz tributária torna o Brasil menos competitivo e evidencia o fracasso da atual gestão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Este é um importante projeto, Sr. Presidente, que trata da eliminação de dupla tributação entre Brasil e Colômbia, facilita o comércio e o investimento entre os dois países, faz a prevenção da evasão e da elisão fiscal, promovendo, por isso, maior transparência. Também permite o intercâmbio de informações entre as respectivas administrações tributárias. Estamos tratando aqui, portanto, de mais um projeto, de muitos que são pautados e visam a fazer com que o Brasil seja mais avançado no setor tributário internacionalmente.

Vivemos, no entanto, um momento de um Governo que vem destruindo nossa matriz tributária, taxando mais o cidadão que empreende e tornando o Brasil menos atrativo, inclusive, para os outros países. É importante lembrar isso, Deputado Sargento Fatur.

Com a reforma tributária que foi feita, o Brasil terá o maior imposto sobre consumo do mundo — o maior imposto sobre consumo do mundo —, provavelmente próximo aos 30%. Sim, estamos aprovando um projeto que evita bitributação, que é importante para os cidadãos brasileiros que residem na Colômbia, para os colombianos que residem no Brasil e para aqueles que têm negócios entre os países. Agora, lamentavelmente, no contexto geral, o Brasil está regredindo em matéria tributária, com uma reforma que também pegará os mais pobres, concentrará ainda mais recursos em Brasília e os distribuirá de maneira menos democrática ainda, considerando-se o que é realizado atualmente.

Precisamos reverter a reforma tributária feita no Brasil, porque esses acordos para evitar bitributação são ainda mais importantes quando os sistemas tributários são mais compatíveis entre si. E o que o Brasil fez com a reforma tributária, em que pese ter migrado para um sistema majoritariamente de imposto sobre consumo, foi piorar o sistema sob o aspecto federativo e também sob o aspecto tributário, da carga tributária a ser paga pelo cidadão brasileiro.

O Brasil terá, repito, um dos maiores impostos sobre consumo no mundo, o que deixará este País ainda menos competitivo internacionalmente e empobrecerá ainda mais a nossa Nação. Isso só podia acontecer realmente sob essa vergonhosa administração de Luiz Inácio Lula da Silva e do PT, que odeia o pobre e quer apenas ver o pobre cada vez mais pobre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.